Folha nº 89/2021

Ata da décima sétima Reunião Ordinária da Câmara de Vereadores de Canoinhas, referente a primeira sessão legislativa da décima nona legislatura da Câmara Municipal de Canoinhas. No dia seis de abril de dois mil e vinte e um, às dezenove horas, na sede da Câmara, reuniram-se os seguintes Vereadores: Maurício Zimmermann, Gilmar Martins, Zenilda Lemos, Tati Carvalho, Marcos Homer, Silmara Gontarek, Willian Godoy, Wilmar Sudoski, Juliana Maciel e Professor Osmar. Registrando o livro de presença o comparecimento de toda edilidade. Colocada em discussão ata de reunião anterior, esta foi votada e aprovada pela unanimidade. Em seguida, realizado, pelo Primeiro Secretário, a leitura do EXPEDIENTE: Ofício n.º 35/2021, do Hospital Santa Cruz de Canoinhas em resposta ao Requerimento n.º 33/2021 de autoria dos edis Juliana Maciel, Marcos Homer, Tati Carvalho e Zenilda Lemos. Ofício n.º 36/2021, do Hospital Santa Cruz de Canoinhas em resposta ao Requerimento n.º 33/2021 de autoria dos edis Juliana Maciel, Marcos Homer, Tati Carvalho e Zenilda Lemos. Ofício n.º 17/2021, da Secretaria Municipal de Saúde em resposta ao Requerimento n.º 63/2021 de autoria do edil Willian Godoy. Ofício n.º 19/2021, da Secretaria Municipal de Saúde em resposta aos Requerimento n.º 08/2021 de autoria de toda edilidade e Requerimento n.º 09/2021 de autoria dos edis Tati Carvalho. Marcos Homer e Zenilda Lemos. Ofício n.º 155/2021, da Casa Civil do Estado de Santa Catarina em resposta ao Requerimento n.º 676/2020 de autoria do toda edilidade. Ofício n.º 157/2021, da Casa Civil do Estado de Santa Catarina em resposta ao Requerimento n.º 680/2020 de autoria do toda edilidade. Ofício n.º 95/2021, da 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Canoinhas em resposta ao Requerimento n.º 73/2021 de autoria dos edis Juliana Maciel, Marcos Homer, Tati Carvalho e Zenilda Lemos. Comunicado nº 226/2021 da Gerência Regional da Caixa Econômica informando a liberação do recursos do Programa FINISA. Ofício n.º 04/2021, da Coordenadoria Procon de Canoinhas em resposta ao Requerimento nº 34/2021 de autoria dos edis Willian Godoy, Gilmar Martins, Mauricio Zimmermann, Professor Osmar, Silmara Gontarek e Wilmar Sudoski. Segunda Votação: Projeto de Lei n.º 33/2021 que "abre crédito adicional através da anulação de dotações orçamentárias". Primeira votação: Projeto de Lei n.º 06/2021 que "dispõe sobre a proibição da queima, soltura e manuseio de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos de alto impacto ou com efeitos de tiro". Inclusão para leitura: Ofícios n.º 057, 058 e 059/2021 do Gabinete do Prefeito, encaminhando projetos de leis em regime de urgência. Projeto de Lei n.º 50/2021 que "autoriza a permissão de uso de bens públicos e dá outras providências". Projeto de Lei n.º 51/2021 que "autoriza a cessão de uso das dependências do Estádio Municipal Benedito Therezio de Carvalho", ao "Nação Esportes Futebol Clube" e dá outras providências". Projeto de Lei n.º 52/2021 que "autoriza a criação do programa Ouro Verde no Município de Canoinhas e dá outras providências". INDICAÇÕES: N.º 068/2021 de autoria da vereadora Silmara Gontarek, que solicita ao Senhor Gilberto dos Passos, Prefeito Municipal, e ao Senhor Edmilson Verka, Secretário Municipal de Obras, para que seja realizado serviço de patrolamento e colocação de material na rua Reinoldo Hubner, bairro Piedade. N.º 069/2021 de autoria do edil Maurício Zimmermann, que solicita ao

Senhor Gilberto dos Passos, Prefeito Municipal, e ao Senhor Edmilson Verka, Secretário Municipal de Obras, para que seja concluída a tubulação na rua Miguel Darmorus, ao lado da casa número 196, bairro Campo da Água Verde. N.º 070/2021 de autoria das vereadoras Tati Carvalho, Juliana Maciel, Zenilda Lemos e do edil Marcos Homer, que solicitam ao Senhor Gilberto dos Passos, Prefeito Municipal, e ao Senhor Diogo Carlos Seidel, Secretário Municipal de Administração, a substituição do pagamento do vale transporte via cartão pré-pago aos servidores contemplados por tal benefício por meio da Lei 3842/2005, regulamentado pelo Decreto no 143/2005 e Decreto 79/2020, para que o pagamento seja em espécie junto a remuneração mensal enquanto perdurar o estado de calamidade pública que assola o município por conta do COVID-19. N.º 071/2021 de autoria das vereadoras Tati Carvalho, Juliana Maciel, Zenilda Lemos e do edil Marcos Homer, que solicita ao Senhor Gilberto dos Passos, Prefeito Municipal, e ao Senhor João Linzmeier, Secretário Municipal de Planejamento, o estudo para a abertura de um acesso entre as ruas Joaquim de Paula Vieira e Marta Rank Um e a SC 280, através do passeio da empresa Allice One. N.º 072/2021 de autoria das vereadoras Tati Carvalho, Juliana Maciel, Zenilda Lemos e do edil Marcos Homer, que solicita ao Senhor Gilberto dos Passos, Prefeito Municipal, e ao Senhor João Linzmeier, Secretário Municipal de Planejamento, o estudo para a permuta que permite a transferência da estrada municipal que dá acesso ao CEDUP Vidal Ramos. N.º 073/2021 de autoria da vereadora Silmara Gontarek, que solicita ao Senhor Gilberto dos Passos, Prefeito Municipal, e ao Senhor Edmilson Verka, Secretário Municipal de Obras, reiterando para que seja realizado serviço de patrolamento e colocação de material nas estradas de Santa Emídia. N.º 074/2021 de autoria dos edis Osmar Oleskovicz, Gilmar M. de Souza e Willian Godoy, que solicitam ao Senhor Gilberto dos Passos, Prefeito Municipal, e ao Senhor Fabiano Freitas, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, para que se proceda estudos e procedimentos legais para a reversão ao município do terreno onde funcionava a sede da Polícia Civil. PEQUENO EXPEDIENTE: Com a palavra, o vereador Professor Osmar comentou acerca da indicação referente ao antigo prédio da Polícia Civil na Estrada Geral do Parado que é cedido para uma empresa, informou que os ex-sócios desta entregaram um documento solicitando que a Prefeitura retome o local. Com a palavra, o vereador Gilmar Martins mencionou que esteve reunido com algumas pessoas da sede e que se comprometeu em levar a solicitação para o setor responsável, assim, solicitou para assinar junto a indicação. Com a palavra, o vereador Willian Godoy pediu para assinar junto, expressou a viabilidade de o Município voltar a ter este terreno para, futuramente, fazer algum projeto social. Com a palavra, o vereador Professor Osmar explicou que será confeccionado um documento próprio, no qual os ex-sócios desistem da sede e a devolvem para o Município. Com a palavra, o vereador Marcos Homer explanou que o Colégio Agrícola faz parte de duas esferas administrativas, a Secretaria de Educação e a Secretaria de Administração do Estado, que existe uma estrada municipal que funciona em conjunto com o acesso ao Colégio Agrícola, que devido ao tráfego intenso, a estrada de acesso à instituição está danificada, que esta permuta ajudaria na logística. Comentou acerca da indicação referente as ruas Joaquim de Paula

Vieira e Marta Rank Um, que a mudança traria segurança para os moradores e, devolveria para um morador o local que foi cedido para fazer a entrada ao bairro. Com a palavra, a vereadora Juliana Maciel faz menção à indicação n.º 070 e explica que houve uma falha na redação no momento de ir para a leitura, que a redação correta seria: Solicitação para o Prefeito Gilberto Passos e para o Secretário de Administração Diogo Carlos Seidel, solicitando a substituição do pagamento do vale-transporte via cartão pré-pago aos servidores contemplados por tal benefício, por meio da lei n.º 3.842/2005, regulamentada pelo decreto 143/2005 e decreto 79/2020, para que o pagamento seja em espécie, junto a remuneração mensal, enquanto perdurar o estado de calamidade pública que assola o Município por conta do Covid-19. Tal medida se faz necessário, visto que a recomendação por não aglomeração é latente e medida de segurança, possibilitando dessa forma, o transporte por meio individual e, ainda, a reposição do valor pago a título de cesta básica, atualmente no valor de R$ 100.00 (cem reais), nos moldes da lei municipal n.º 3.629/2003, que não é atualizada desde 2017. Explanou que os servidores municipais que recebem até um salário mínimo e meio fazem jus ao benefício, que reivindicam a reposição dos valores da cesta básica, tendo em vista que esta não é atualizada desde 2017 e, que solicitam que o valor do vale-transporte seja pago em espécie, para que possam locomover-se de forma individual para o trabalho e evitar aglomerações. Com a palavra, a vereadora Zenilda Lemos expressa a importância da reposição dos valores da cesta básica, que solicitam que esta seja reajustada conforme dispõe a lei. Não havendo mais vereadores inscritos, passou-se ao GRANDE EXPEDIENTE. Não existindo nenhum vereador inscrito, seguiu-se para a ORDEM DO DIA. Colocado em segunda discussão e votação o Projeto de Lei n.º 33/2021 que "abre crédito adicional através da anulação de dotações orçamentárias", crédito suplementar no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Não havendo quem queira discutir, votado e aprovado por unanimidade. Colocado em primeira discussão e votação o Projeto de Lei n.º 06/2021 que "dispõe sobre a proibição da queima, soltura e manuseio de fogos de artifício e artefatos pirotécnicos de alto impacto ou com efeitos de tiro". Com a palavra, a vereadora Juliana Maciel comentou que quando se fala dos fogos de artifício com efeitos de tiro, refere-se aos que realmente causam irritação para aqueles que possuem sensibilidade auditiva, como os animais, idosos, enfermos, crianças de colo, pessoas com determinadas deficiências e, especialmente, os autistas que possuem sensibilidade auditiva, podendo até causar crises, devido ao barulho. Explanou que o projeto não prevê a proibição de todos os fogos de artifício, sendo ainda permitidos os fogos com cores, que não possuem efeitos de tiro. Ressaltou que certas mudanças são necessárias para o convívio em sociedade, e, que essas são normais, que não se deve fazer ao próximo algo que o cause prejuízo, fez analogia com a proibição do fumo em locais fechados, que houve a necessidade de regulamentação para que a prática parasse. Reforçou a necessidade de defender as pessoas que precisam, pois o incômodo causado é prejudicial a saúde do indivíduo. Com a palavra, a vereadora Zenilda Lemos salientou que o projeto busca proteger a saúde física e mental das pessoas e dos animais, garantindo uma melhor qualidade de vida. Com a palavra, o vereador Willian Godoy questionou como seria feito a

fiscalização desta proibição, sugeriu a discussão nas comissões. Mencionou que o projeto de lei é constitucional, conforme decisões do STF e leis de outros municípios; que deve se pensar em todos os aspectos possíveis, em pessoas com autismo, com deficiência e pessoas acamadas; que acredita que os fogos de artifício com efeito tiro devem ser proibidos em área urbana, mas sugere uma emenda na qual permita que sejam utilizados em áreas rurais. Concluiu, demonstrando seu voto favorável em primeira votação, mas que deseja uma melhor discussão e que a emenda seja adicionada, para que assim, em segunda votação, possa votar com segurança. Com a palavra, o vereador Marcos Homer explicou que existe um boletim da OMS, no qual recomenda que governos coíbam a emissão de ondas sonoras que ultrapassem 120 decibéis, pois estas podem causar um efeito chamado trauma sonoro; que hoje, os fogos de alto impacto já iniciam sua queima em 175 decibéis, podendo até travar um marcapasso; que pessoas já são proibidas de trabalhar no centro da cidade com máquinas e equipamentos devido aos decibéis, no entanto, os fogos de artifício ainda são permitidos, causando, assim, certa desigualdade. Com a palavra, a vereadora Tati Carvalho explanou que a fiscalização será definida por meio de um decreto do executivo. Realizou a exposição de alguns dados da OMS: que sons com mais de 85 decibéis podem prejudicar a saúde auditiva dos seres humanos e animais; que os fogos de artifício com estampido produzem sons que ultrapassam os 150 decibéis; que existem muitos casos de acidentes causados pelos fogos, ocasionando lacerações, lesões, amputações e dano ao sistema auditivo; que várias cidades, como Curitiba, Londrina, Guarapuava, Foz do Iguaçu, São Paulo, Porto Alegre, Campinas, União da Vitória e São Mateus do Sul, já apresentaram e aprovaram projetos semelhantes. Ressalta que estão representando vários segmentos da população. Reforça a importância da população possuir empatia pelos próximos. Fez menção à existência de fogos silenciosos, que embora não sejam totalmente silenciosos, o seu barulho não prejudica ninguém; que não estão proibindo a venda de fogos de artifício em seu todo, que apenas troquem os fogos pelos que causem menos ruído. Com a palavra, o vereador Professor Osmar expressa a necessidade de ampla discussão do projeto, que os fogos de artifício fazem parte da cultura da região, que é necessário ouvir todas as partes para tomar a decisão, que os argumentos trazidos pelos autores são indiscutíveis, que será necessário verificar como será medido a questão dos decibéis, como será a fiscalização. Com a palavra, a vereadora Tati Carvalho expôs que a sociedade está avançando em vários direitos, que existiram várias culturas que com o tempo foram extintas, que entende que a cultura não possa ser usada como justificativa para desrespeitar e causar dor ao próximo, mencionou que existem muitas culturas que devem ser respeitadas, mas que deve ser salientado a empatia e respeito ao próximo. Com a palavra, o vereador Professor Osmar explicou que estão tratando de um tema cultural, que não demonstrou seu lado no debate. Com a palavra, o vereador Wilmar Sudoski comentou que particularmente não é muito a favor dos fogos, que já presenciou diversos acidentes relacionados aos fogos. Destacou a importância da discussão, de ouvir todas as partes, citou a discussão sobre a possibilidade de emendas com datas excepcionais que permitissem a utilização dos fogos, de diferenciação entre perímetro urbano e

rural. Não havendo mais discussão, colocado em votação e aprovado por unanimidade. Solicitado a Segunda Secretária para realizar a leitura dos REQUERIMENTOS: N.º 081/2021 de autoria das vereadoras Tati Carvalho, Juliana Maciel, Zenilda Lemos e do edil Marcos Homer, requerem que seja encaminhado ofício à senhora Suelen Adur Wogeinaki, Coordenadora Regional da Educação, solicitando estudos para a permuta que permite a transferência da estrada municipal que dá acesso ao CEDUP Vidal Ramos garantindo uma melhor acessibilidade e segurança a instituição. Colocado em votação e aprovado por unanimidade. Ato contínuo, passou-se as EXPLICAÇÕES PESSOAIS, não possuindo nenhum vereador inscrito. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada a presente reunião, marcando outra em regime ordinário, para doze de abril de dois mil e vinte e um, às dezenove horas. E, para constar, lavrou-se a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelos membros da Mesa Diretora.

Vereador Gilmar Martins
Presidente

Vereador Willian Godoy
Primeiro Secretário

Vereadora Zenilda Lemos
Segunda Secretária